



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Redenção



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Redenção x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Redenção x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Redenção x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Redenção x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Redenção (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

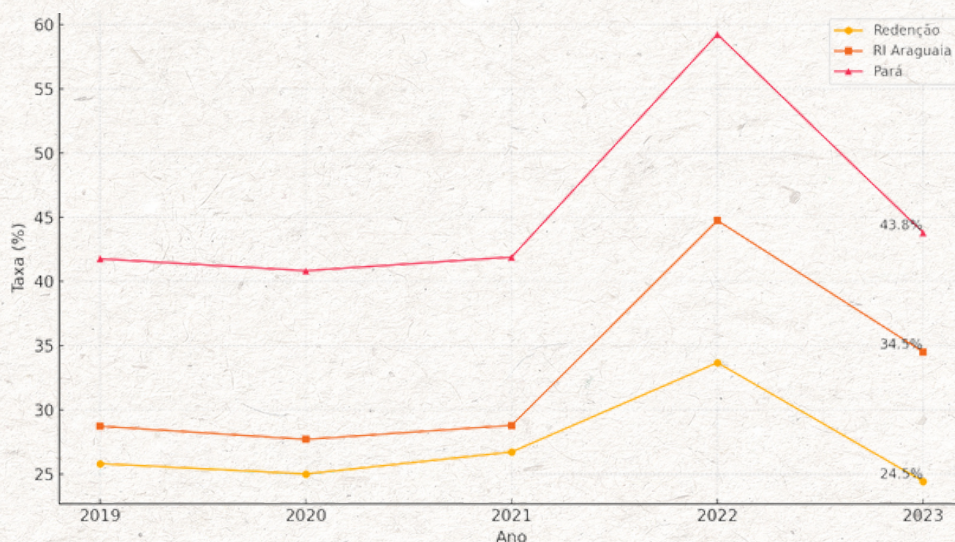
A evolução da taxa de pobreza em Redenção mostrou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com variação entre 24,5% e 26,8%, semelhante ao comportamento da RI Araguaia (cerca de 28-29%) e do estado do Pará (pouco acima dos 40%). No entanto, em 2022, houve um salto expressivo nesse indicador, com Redenção alcançando 33,9%, a RI Araguaia chegando a 44,7% e o Pará ultrapassando 59%, refletindo os impactos econômicos pós-pandemia e a perda de renda das populações mais vulneráveis (Gráfico 1).

Em 2023, observa-se um recuo significativo da taxa de pobreza em todos os níveis territoriais, sugerindo possível recuperação econômica ou intensificação de políticas sociais. Redenção retornou a um patamar inferior a 2019 (24,5%), a RI Araguaia caiu para 34,5%, e o Pará, embora ainda elevado, reduziu para 43,8%. Ainda que haja melhoria, o patamar estadual permanece bem acima dos demais, evidenciando desigualdades regionais significativas (Gráfico 1).



Essa tendência sugere que, apesar da recuperação pontual em 2023, há uma vulnerabilidade estrutural mais acentuada em nível estadual, enquanto Redenção parece ter conseguido uma resposta mais eficiente ou localizada à crise de pobreza. A diferença entre os níveis de Redenção e do estado do Pará, em especial em 2022 e 2023, também pode indicar disparidades na eficácia de políticas públicas ou na dinâmica econômica local (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

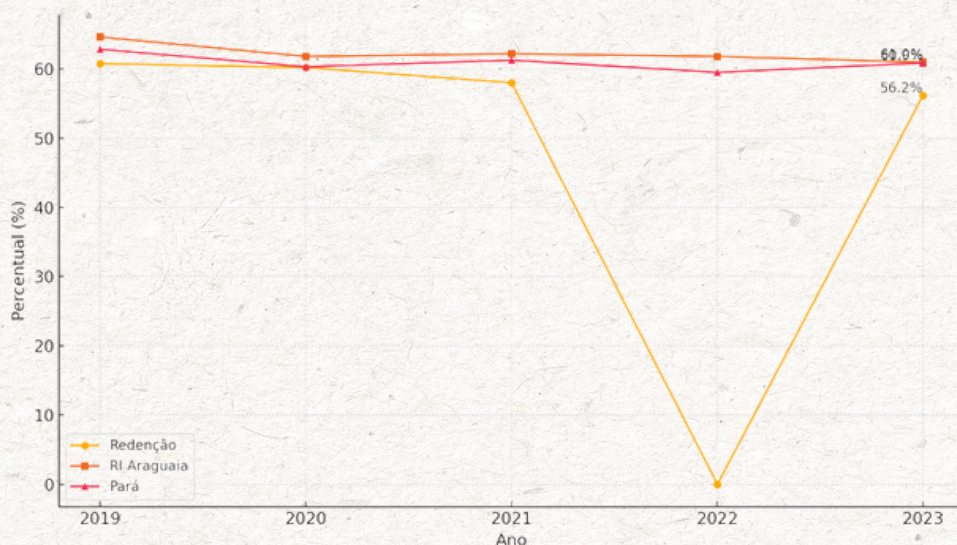
Redenção apresentou um padrão de estabilidade relativa de 2019 a 2021, com percentuais próximos a 60% de despesas públicas destinadas a serviços essenciais. No entanto, o dado mais marcante ocorreu em 2022, quando o percentual caiu abruptamente para 0%, indicando uma possível falha no registro orçamentário, descontinuidade de políticas ou redirecionamento drástico de recursos, o que compromete a confiabilidade dos dados desse ano específico (Gráfico 2).

Enquanto isso, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará mantiveram estabilidade ao longo do período, oscilando entre 61% e 64%, o que aponta para maior consistência nas alocações orçamentárias voltadas a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social. Essa estabilidade nas esferas mais amplas contrasta fortemente com a queda brusca de Redenção, que retornou a um patamar de 56,2% em 2023, ainda abaixo do período prévio a 2022 (Gráfico 2).

O comportamento atípico de Redenção em 2022 pode ter implicado efeitos diretos nos serviços públicos disponíveis e, possivelmente, contribuído para o aumento da pobreza observado no mesmo ano. A recuperação parcial em 2023 sugere algum grau de reestabilização, mas o valor ainda inferior aos anos anteriores pode sinalizar que os efeitos da queda não foram totalmente revertidos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A taxa de crianças com baixo peso ao nascer em Redenção oscilou levemente entre 7% e 7,2% entre 2019 e 2020, caindo para 6,8% em 2021, mas voltou a crescer para 7,4% em 2022, antes de cair de forma expressiva para 6% em 2023. Essa variação pode estar relacionada a fatores como qualidade do pré-natal, nutrição materna e acesso a serviços de saúde, especialmente em períodos de maior vulnerabilidade social (Gráfico 3).

Já a RI Araguaia apresentou maior estabilidade no indicador, mantendo-se entre 6,9% e

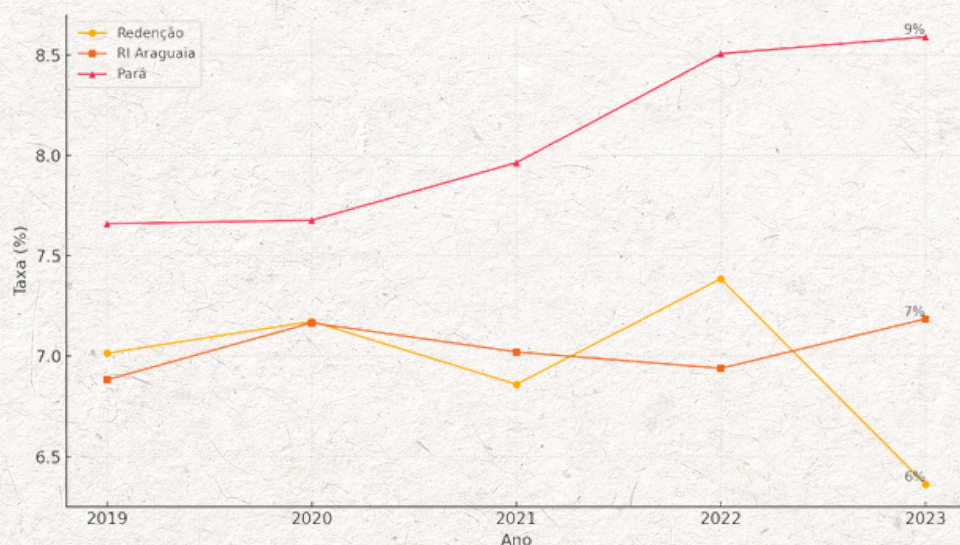
7,2% ao longo do período, enquanto o estado do Pará mostrou crescimento contínuo da prevalência: de 7,6% em 2019 para 9% em 2023. Esse crescimento em nível estadual aponta para um problema crescente de saúde pública relacionado à saúde materno-infantil no estado (Gráfico 3).

A melhora registrada em Redenção em 2023 pode indicar avanços na cobertura de atenção básica ou em programas de saúde da mulher, embora ainda seja necessário observar se essa tendência se

manterá. A diferença entre Redenção e o estado do Pará em 2023 – 6% contra 9% – sugere que políticas locais podem ter surtido efeitos positivos, enquanto o crescimento estadual levanta preocupações mais amplas sobre a eficácia das políticas regionais de saúde (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

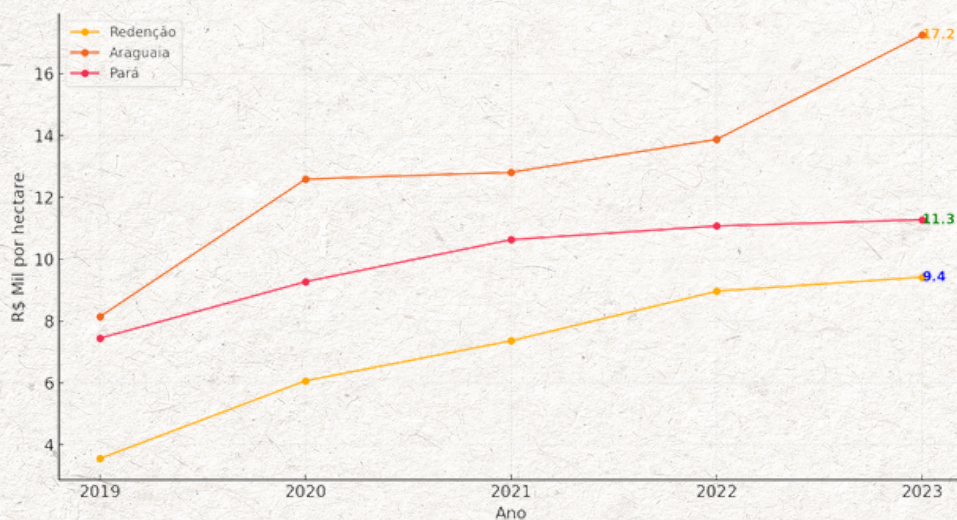
A produtividade agrícola em Redenção cresceu consistentemente de 2019 a 2023, partindo de cerca de R\$ 3,5 mil por hectare para alcançar R\$ 9,4 mil em 2023, o que representa mais que o dobro no período analisado. Apesar disso, o município segue abaixo da média da RI Araguaia e do estado do Pará, ainda que tenha reduzido significativamente essa diferença, demonstrando melhoria nas práticas produtivas locais (Gráfico 4).

A RI Araguaia apresentou um crescimento ainda mais expressivo, alcançando R\$ 17,2 mil/ha em 2023, o que evidencia a força regional do setor agropecuário. Já o estado do Pará teve uma evolução mais moderada, saindo de cerca de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, ainda assim mantendo-se abaixo da média da RI Araguaia, mas acima de Redenção (Gráfico 4).

O desempenho de Redenção, embora inferior em termos

absolutos, é promissor do ponto de vista relativo. O avanço consistente sugere investimentos em tecnologia, mecanização ou capacitação, podendo inclusive representar oportunidades para políticas de fomento agrícola mais localizadas. A convergência com os patamares estaduais reforça o potencial de crescimento econômico rural no município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

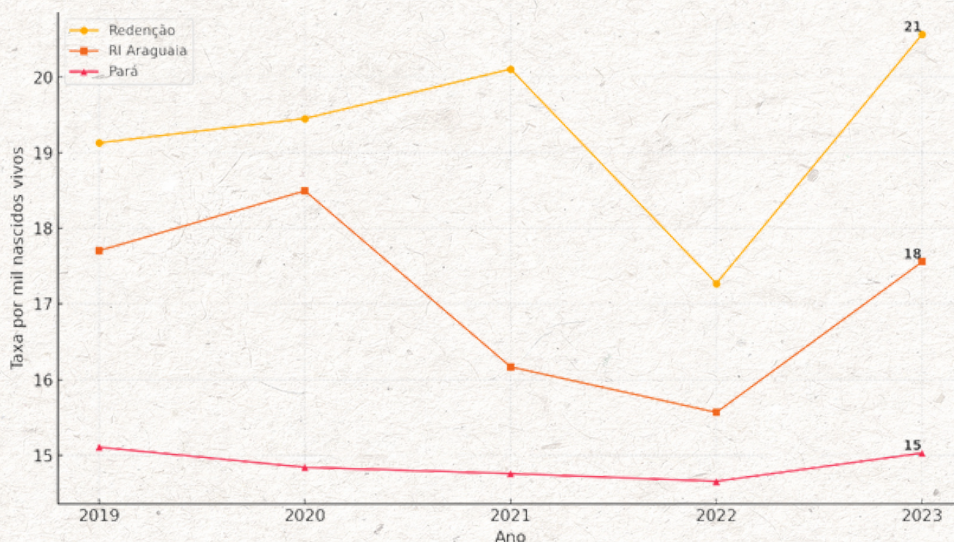
A taxa de mortalidade infantil em Redenção variou significativamente ao longo do período, com aumento progressivo de 19,1 por mil em 2019 para 20,1 em 2021, seguida de uma redução expressiva para 17,3 em 2022. No entanto, em 2023, o indicador voltou a crescer de forma preocupante, atingindo 21 por mil nascidos vivos — o maior valor da série. Essa oscilação sugere instabilidade nos serviços de saúde neonatal e possíveis desigualdades de acesso à atenção básica (Gráfico 5).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi mais regular, com queda de 18,5 em 2020 para 15,6 em 2022, antes de registrar aumento para 18 em 2023. Já o estado do Pará manteve-se em patamares mais baixos durante todo o período, oscilando levemente entre 14,7 e 15,1, demonstrando maior estabilidade na média estadual e sugerindo que as variações mais acentuadas são locais ou regionais (Gráfico 5).



A divergência entre Redenção e os demais níveis territoriais em 2023 é particularmente marcante, reforçando a necessidade de investigação sobre fatores locais – como cobertura de pré-natal, infraestrutura hospitalar e tempo de resposta em emergências neonatais. A retomada do crescimento da taxa após a melhora de 2022 pode indicar retrocessos na política pública ou eventos críticos no sistema de saúde local (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

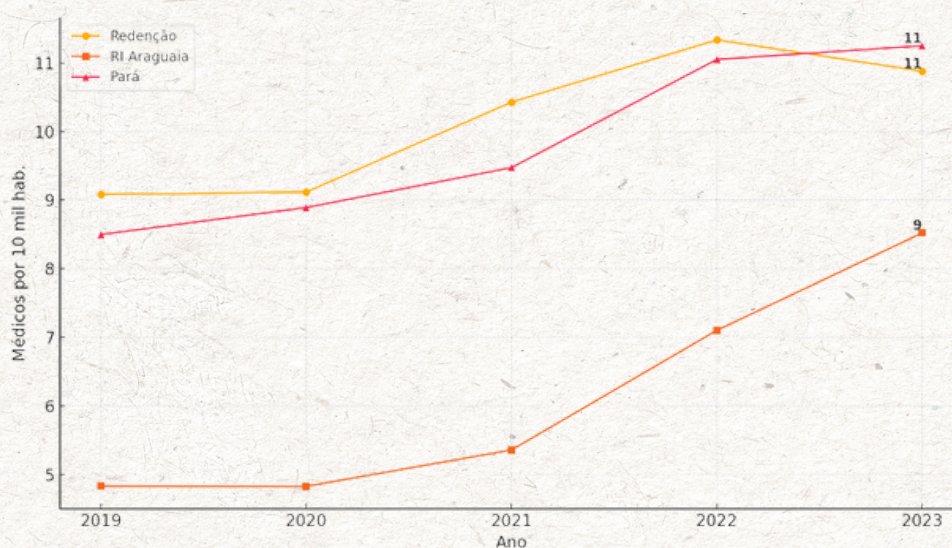
O número de médicos em Redenção apresentou crescimento contínuo entre 2020 e 2022, passando de 9,1 para 11,3 por 10 mil habitantes, o que indica expansão da força de trabalho médica no município. Em 2023, houve uma leve redução para 11, mas o patamar ainda permanece superior ao inicial. Essa evolução reflete investimentos em recursos humanos em saúde e possivelmente ações de fixação de profissionais no interior (Gráfico 6).

Na RI Araguaia, o crescimento foi ainda mais expressivo, saindo de 4,8 em 2019 para 9 em 2023, quase dobrando o número de médicos por 10 mil habitantes. Já o estado do Pará apresentou aumento mais modesto, mas constante, saindo de 8,5 em 2019 para 11 em 2023. Esse avanço nos diferentes níveis mostra uma tendência geral de fortalecimento da cobertura médica no território paraense, embora com ritmos distintos (Gráfico 6).



Apesar da melhoria em Redenção, a leve queda em 2023 levanta atenção quanto à manutenção das políticas de atração e retenção de médicos, sobretudo em áreas mais distantes dos grandes centros. A proximidade com a média estadual é um ponto positivo, mas a continuidade dos investimentos será decisiva para garantir sustentabilidade e ampliação do atendimento, especialmente diante do aumento da mortalidade infantil observado no mesmo ano (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Redenção, o número de vagas no ensino público apresentou leve estabilidade entre 2019 e 2021, com aumento discreto de 197 para 201 por mil habitantes. No entanto, após um pico na RI Araguaia e no estado em 2022, o município sofreu uma queda significativa em 2023, com redução para 183 vagas, o menor valor da série. Isso pode refletir encerramento de turmas, diminuição de matrículas ou reestruturação da rede (Gráfico 7).

A RI Araguaia e o estado do Pará apresentaram crescimento mais acentuado em 2022, com a RI atingindo 215 vagas por mil e o estado 219, indicando expansão na oferta educacional. Contudo, ambos

também apresentaram queda em 2023 — embora mais moderada — com a RI chegando a 200 e o Pará a 198, mantendo-se ainda em patamares superiores ao município (Gráfico 7).

A tendência de redução observada em Redenção em 2023 pode ser preocupante do ponto de vista da universalização do acesso à educação, especialmente se combinada com aumento da população jovem. A diferença frente à média estadual reforça a necessidade de avaliar a capacidade da rede local e suas causas estruturais ou orçamentárias, além de impactos na continuidade escolar (Gráfico 7).

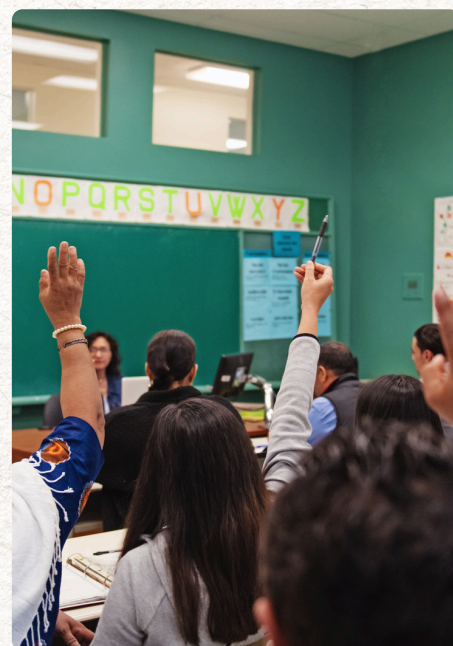
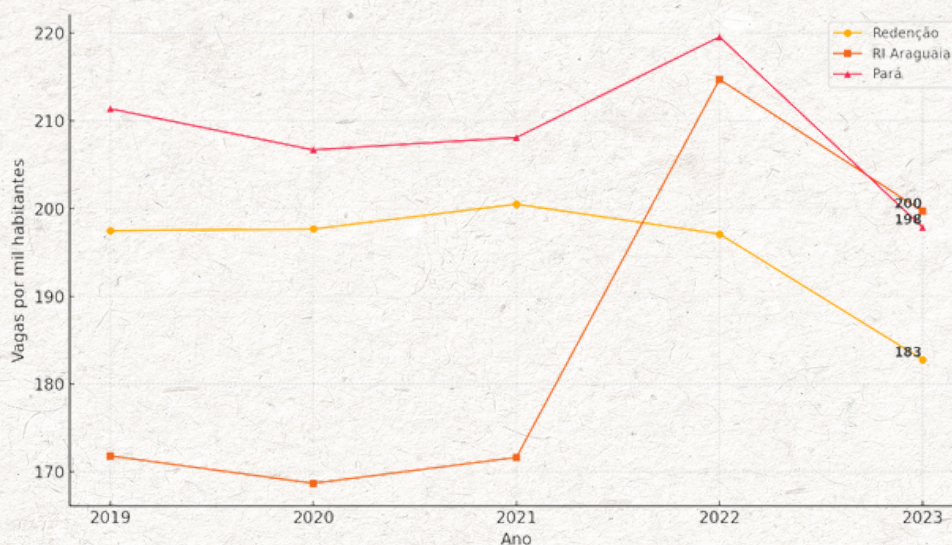


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 183 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

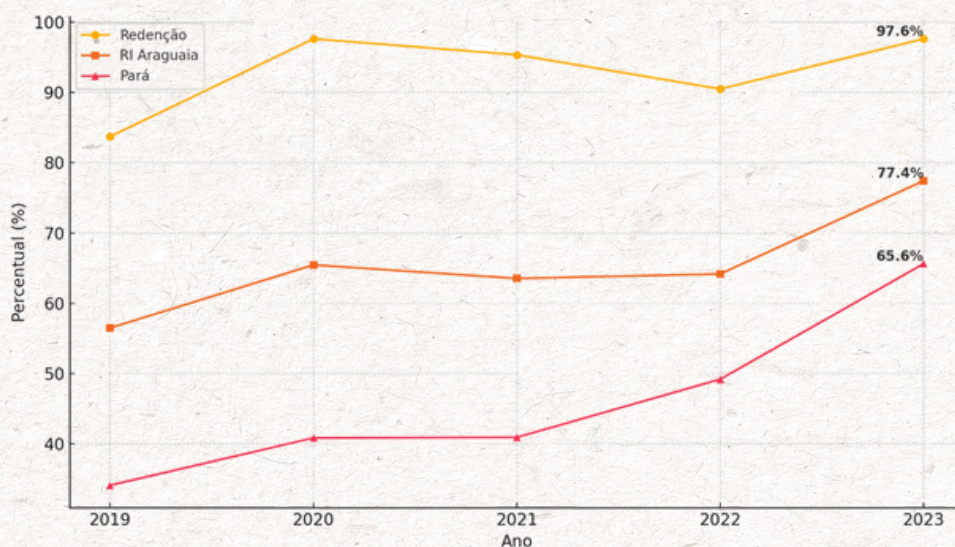
Redenção apresentou desempenho elevado e crescente no percentual de escolas com acesso à internet ao longo dos anos, saltando de 83,6% em 2019 para 97,6% em 2023. Esse resultado coloca o município em posição de destaque no cenário estadual, evidenciando políticas locais eficazes de inclusão digital e infraestrutura tecnológica nas escolas públicas (Gráfico 8).

Na RI Araguaia, o indicador também melhorou consideravelmente, partindo de 57,2% em 2019 para 77,4% em 2023, enquanto o estado do Pará apresentou o crescimento mais expressivo em termos relativos, indo de 33,3% para 65,6%. Esse avanço estadual aponta para investimentos recentes em conectividade escolar, embora o ponto de partida tenha sido muito inferior ao de Redenção (Gráfico 8).

A elevada taxa de cobertura em Redenção pode representar um diferencial estratégico para a qualidade do ensino, especialmente no contexto pós-pandemia, com a intensificação do uso de recursos digitais. No entanto, é necessário garantir que esse acesso seja efetivamente utilizado de forma pedagógica e que a conectividade esteja associada a formação docente e atualização dos equipamentos tecnológicos (Gráfico 8).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 97,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

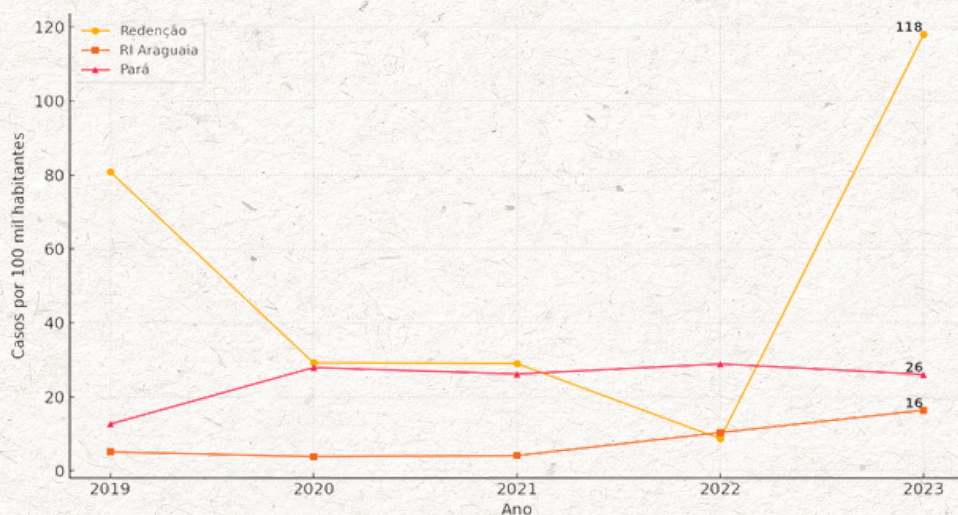


O município de Redenção apresentou variações acentuadas na taxa de violência contra a mulher por parceiros, iniciando em 81 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo drasticamente para cerca de 29 entre 2020 e 2021, e atingindo um ponto crítico em 2023, com 118 casos. Esse aumento abrupto e expressivo no último ano requer atenção especial, pois pode refletir tanto aumento real da violência quanto maior eficiência nas denúncias e registros (Gráfico 9).

Na RI Araguaia e no estado do Pará, o comportamento foi mais estável e em níveis significativamente inferiores. A RI passou de 5 para 16 casos entre 2019 e 2023, e o estado subiu de 13 para 26 no mesmo período. Esse contraste entre Redenção e os níveis superiores sugere que há uma concentração local de vulnerabilidade ou ausência de políticas efetivas de enfrentamento à violência doméstica no município (Gráfico 9).

A elevação drástica em Redenção em 2023 levanta hipóteses sobre possíveis falhas nos mecanismos de proteção, desmonte de políticas públicas ou eventos sociais que impulsionaram o fenômeno. Essa tendência contrasta com a relativa estabilidade da RI e do estado, indicando a necessidade de ações urgentes e direcionadas, tanto na prevenção quanto na resposta à violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 118 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

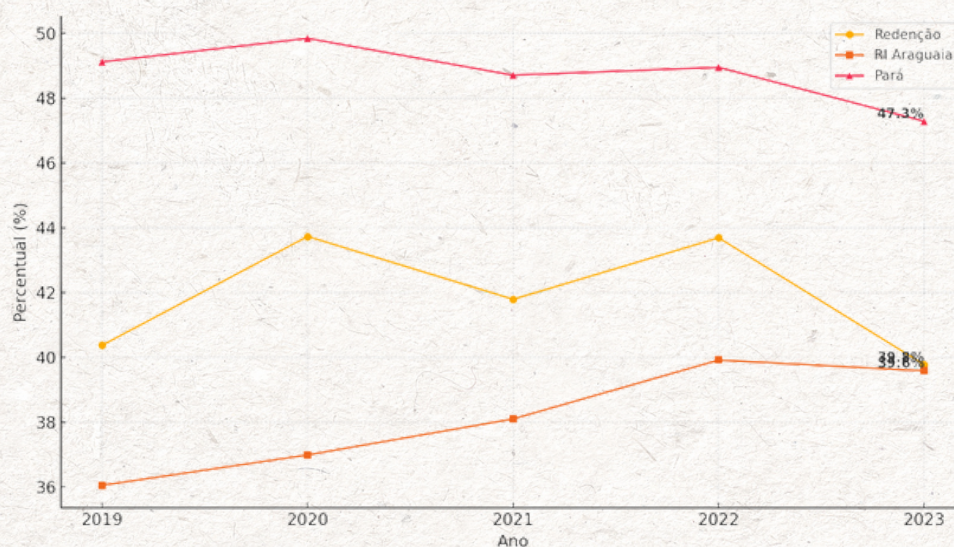
Em Redenção, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou certa oscilação, com pico de 43,8% em 2020 e 2022, e queda para 39,8% em 2023, o menor valor desde 2019. Essa redução, embora aparentemente modesta, pode sinalizar retrocessos na promoção da equidade de gênero no mercado de trabalho local, especialmente se não acompanhada de políticas ativas de inclusão (Gráfico 10).



A RI Araguaia apresentou crescimento mais progressivo, saindo de 36% em 2019 para 39,9% em 2022, mantendo-se praticamente estável em 2023. Já o estado do Pará se destacou por manter níveis elevados ao longo do período, acima de 47%, apesar de leve queda no último ano. Esse desempenho coloca o estado em posição de destaque regional quanto à representatividade feminina em cargos de liderança (Gráfico 10).

Apesar de Redenção ter apresentado níveis próximos da média estadual em alguns anos, a queda de 2023 sugere que o avanço não foi consolidado. É importante destacar que a manutenção de políticas de estímulo à participação feminina em cargos de chefia, aliada à valorização profissional, são fundamentais para reverter a tendência negativa observada no município (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda em Redenção manteve-se extremamente limitado ao longo do período analisado, variando entre 0,7% e 1,1%. Esse baixo índice, praticamente estagnado, demonstra uma profunda carência de infraestrutura básica voltada às populações vulneráveis, refletindo possível ausência de priorização do saneamento como política pública (Gráfico 11).

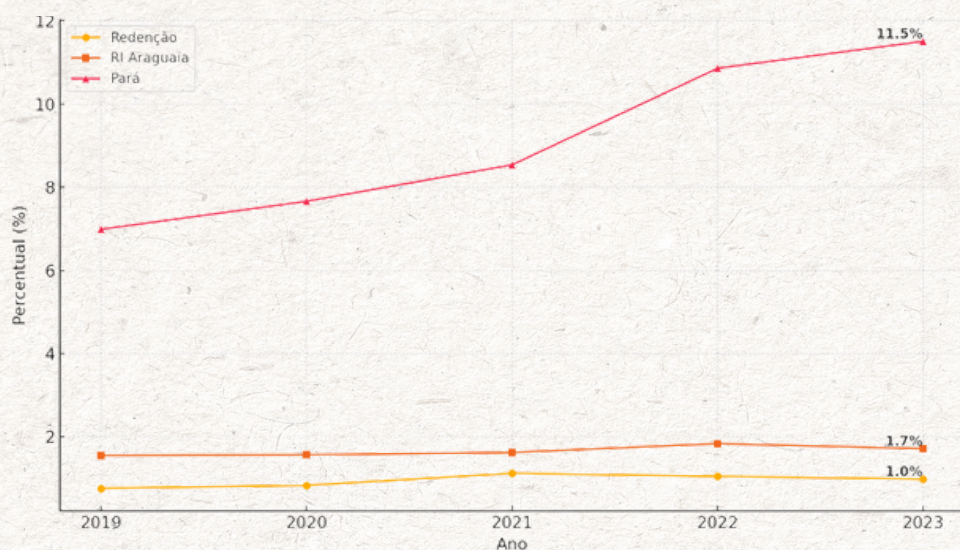
Na RI Araguaia, a situação é um pouco melhor, embora também limitada, com percentuais entre 1,6% e 1,7%, revelando um leve crescimento. Já o estado do Pará demonstrou avanços significativos: de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Embora o número ainda seja baixo em termos absolutos, o crescimento estadual sinaliza um esforço mais concentrado na ampliação da cobertura de saneamento (Gráfico 11).

A comparação entre Redenção e os demais níveis evidencia um cenário de negligência em relação à infraestrutura de esgotamento sanitário para a população de baixa renda. Essa condição afeta diretamente a saúde pública, especialmente em contextos de alta densidade populacional e baixa renda, agravando desigualdades sociais e sanitárias no município (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O indicador de gasto municipal per capita com saneamento básico em Redenção se manteve em zero durante todos os anos analisados, o que é alarmante. Isso pode indicar ausência completa de investimento direto nessa área por parte do município, ou falhas na execução e registro orçamentário, o que compromete severamente a qualidade de vida e o atendimento às necessidades básicas da população (Gráfico 12).

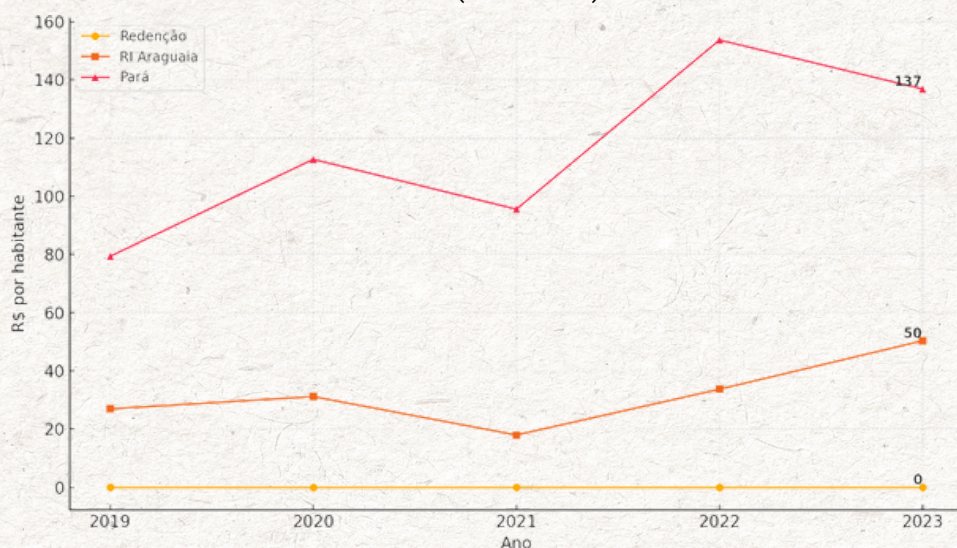
Na RI Araguaia, o gasto evoluiu de R\$ 27 por habitante em 2019 para R\$ 50 em 2023, revelando aumento no compromisso com a área, mesmo que os valores ainda sejam modestos. O estado do

Pará apresentou os maiores investimentos, chegando a R\$ 137 per capita em 2023, apesar de uma leve retração em relação ao pico de R\$ 155 em 2022 (Gráfico 12).

Essa comparação explicita o descompasso entre Redenção e as demais esferas em relação à priorização do saneamento básico. A ausência de gastos evidencia um cenário de omissão ou limitações severas de planejamento, com implicações diretas na saúde pública, qualidade ambiental e nos indicadores de desenvolvimento humano. A reversão dessa negligência deve ser tratada como prioridade no planejamento urbano e social do município (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



O consumo per capita de energia elétrica em Redenção cresceu de forma contínua e significativa ao longo do período analisado, passando de aproximadamente 1.470 kWh por habitante em 2019 para 1.864 kWh em 2023. Esse crescimento reflete, possivelmente, a expansão da cobertura elétrica, aumento da renda e consumo das famílias, bem como o desenvolvimento de atividades econômicas locais que demandam maior uso de energia (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

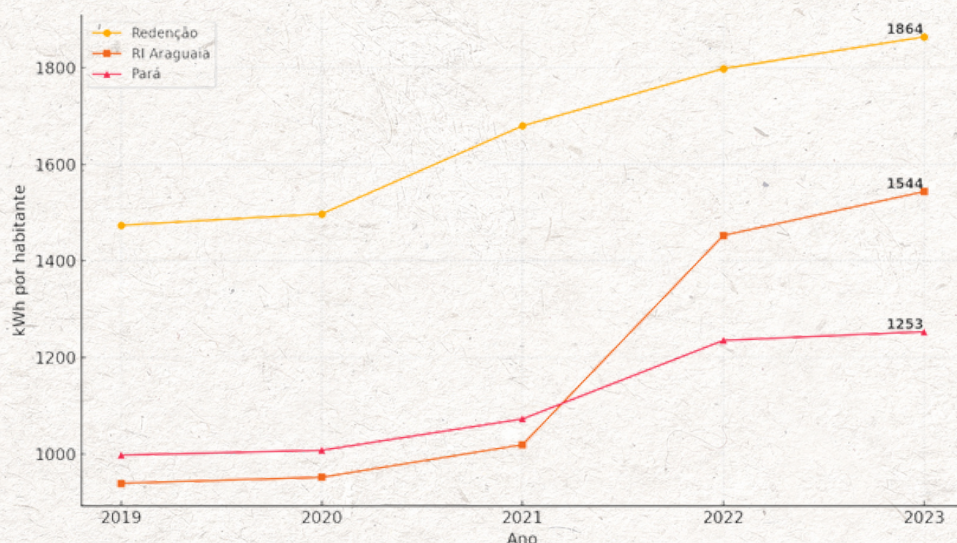


Na Região de Integração Araguaia, a elevação foi ainda mais expressiva em termos relativos: de cerca de 930 kWh em 2019 para 1.544 kWh em 2023. Já o estado do Pará apresentou um crescimento mais contido, com aumento de cerca de 1.000 kWh para 1.253 kWh por habitante no mesmo período. Esses dados sugerem um avanço generalizado no acesso e uso de energia elétrica, com Redenção se mantendo acima

da média regional e estadual em todos os anos (Gráfico 13).

Esse comportamento indica que Redenção pode estar passando por um processo de urbanização acelerada e crescimento do setor residencial ou produtivo. Entretanto, o aumento no consumo deve vir acompanhado de políticas voltadas à eficiência energética e à sustentabilidade, sobretudo diante da crescente demanda por fontes limpas e renováveis (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.864 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

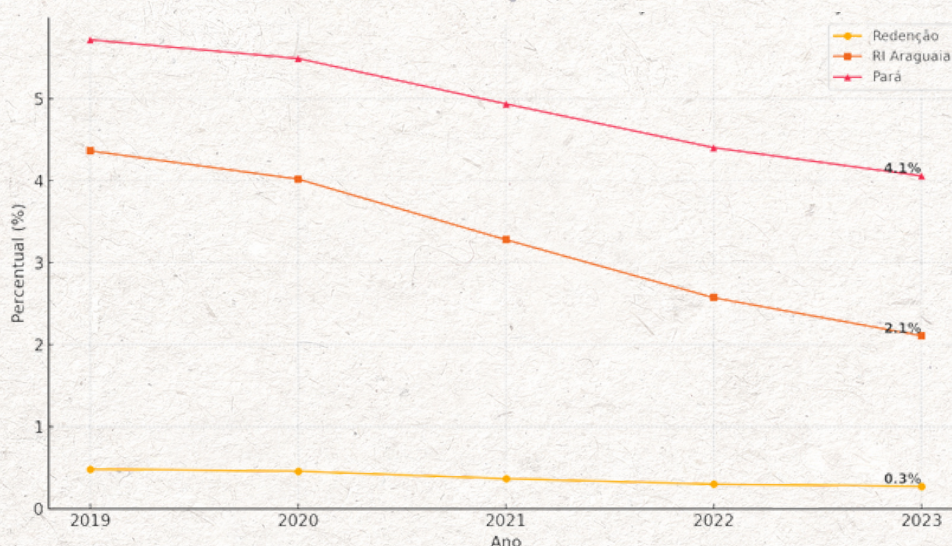
Redenção apresentou uma significativa redução no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil, passando de 0,5% em 2019 para apenas 0,3% em 2023. Trata-se de um nível bastante inferior ao registrado na RI Araguaia e no estado do Pará, indicando um avanço mais consistente na universalização do acesso à eletricidade e à substituição de fontes poluentes por fontes mais seguras e eficientes (Gráfico 14).

A RI Araguaia reduziu o percentual de 4,4% para 2,1% no mesmo período, enquanto o Pará caiu de 5,7% para 4,1%, refletindo melhorias em nível regional e estadual, ainda que em ritmo mais lento. Esses dados evidenciam que, embora haja progresso geral, ainda existe uma parcela considerável de domicílios em situação de vulnerabilidade energética, sobretudo fora dos centros urbanos (Gráfico 14).

A situação positiva de Redenção nesse indicador sugere ações eficazes de inclusão energética, seja por expansão da rede de distribuição ou por programas sociais voltados à regularização do fornecimento. A manutenção dessa tendência é crucial para reduzir desigualdades e eliminar riscos associados ao uso de combustíveis fósseis, como querosene e velas, especialmente em áreas periféricas (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

Redenção apresentou crescimento contínuo e expressivo no número de empregos formais por mil habitantes ao longo do período analisado. Em 2019, o município contava com aproximadamente 149 empregos formais por mil habitantes, subindo para 157 em 2021 e atingindo 205 em 2023. Esse comportamento evidencia uma expansão significativa do mercado formal de trabalho, sugerindo um ambiente favorável à geração de empregos, possivelmente impulsionado por investimentos públicos ou privados e por políticas de incentivo ao setor produtivo (Gráfico 15).

Na RI Araguaia, o crescimento também foi notável, especialmente entre 2021 e 2022, quando a taxa saltou de 101 para 157, alcançando 167 em 2023. Já o estado do Pará mostrou trajetória de crescimento mais gradual, passando de 126 em 2019 para 159 em 2023, o que demonstra

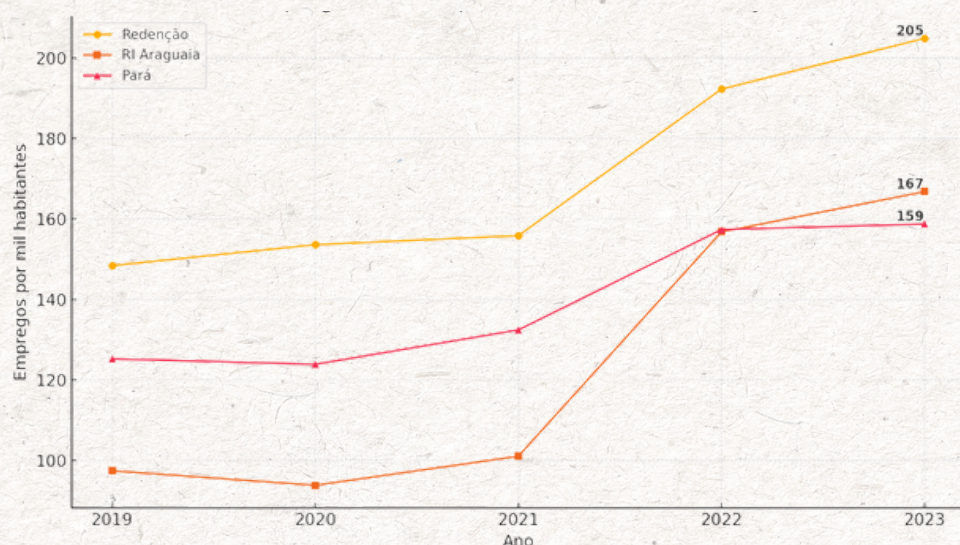
Empregos Formais por Mil Habitantes

melhora generalizada nas oportunidades de emprego formal, embora em níveis inferiores ao verificado em Redenção (Gráfico 15).

A posição destacada de Redenção em relação à média regional e estadual pode indicar maior dinamismo econômico local, com condições mais favoráveis à formalização do trabalho. Essa evolução reforça a importância de estratégias locais de desenvolvimento econômico, capacitação da força de trabalho e estímulo à regularização de vínculos empregatícios como instrumentos para combater o desemprego e a informalidade (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 205 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Redenção apresentou crescimento constante ao longo do período, evoluindo de R\$ 21.482 em 2018 para R\$ 30.013 em 2022. O município manteve-se inicialmente acima da média da RI Araguaia e do estado do Pará, mas foi superado por ambos a partir de 2021. Apesar disso, o crescimento absoluto é expressivo, refletindo expansão da atividade econômica local e maior geração de riqueza por habitante (Gráfico 16).

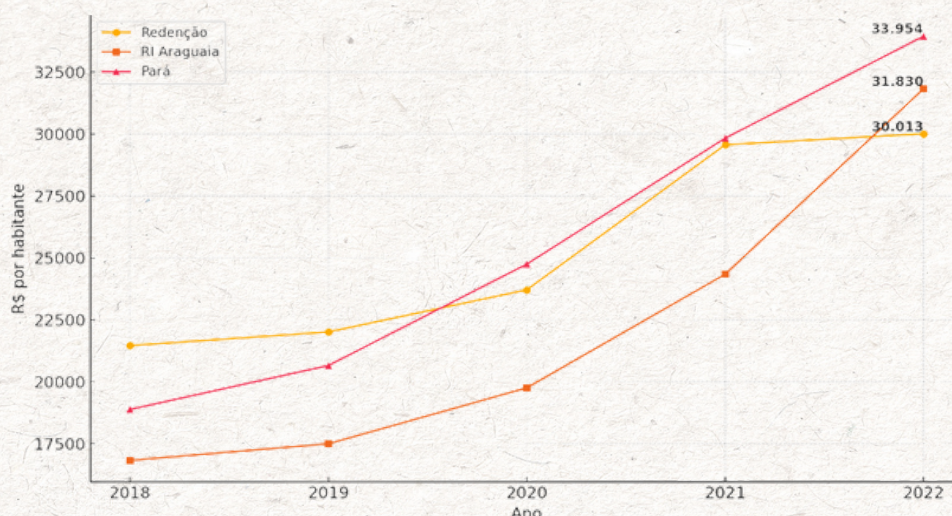
Na RI Araguaia, o PIB per capita apresentou trajetória de crescimento acelerado, especialmente entre 2020 e 2022,



quando passou de R\$ 19.830 para R\$ 31.830. O estado do Pará teve o melhor desempenho relativo, saltando de R\$ 20.673 em 2019 para R\$ 33.954 em 2022, ultrapassando os demais recortes territoriais e revelando um ciclo de crescimento econômico mais intenso em escala estadual (Gráfico 16).

A ultrapassagem de Redenção pela RI e pelo estado em 2021 e 2022 pode sinalizar que, embora o município tenha crescido, o ritmo foi inferior ao das demais regiões. Isso aponta a importância de reforçar a diversificação econômica e atrair investimentos que possibilitem uma retomada do protagonismo econômico local no contexto regional e estadual (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Redenção x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.013/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Redenção, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB oscilou entre 11,9% e 13,8% no período analisado, encerrando 2022 com 12,5%. Esse comportamento revela uma relativa estagnação da participação industrial na composição econômica local, sugerindo que outros setores, como serviços ou agropecuária, mantêm maior relevância no município. A ausência de crescimento consistente reforça a necessidade de políticas públicas voltadas

ao fortalecimento da base industrial (Gráfico 17).

Na RI Araguaia, o indicador apresentou trajetória ascendente, passando de 13,8% em 2018 para 18,6% em 2022. Esse crescimento revela fortalecimento da indústria regional, com maior contribuição para o PIB local, o que pode indicar atração de novos empreendimentos, expansão de cadeias produtivas ou aumento da produtividade industrial (Gráfico 17).

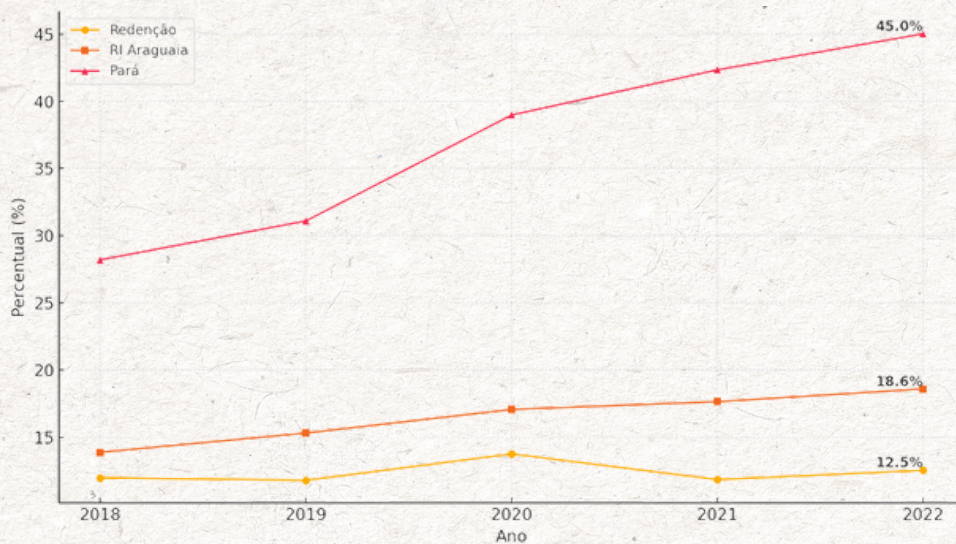
Já o estado do Pará destacou-

se com ampla expansão industrial, saindo de 28,2% em 2018 para 45% em 2022. Esse crescimento significativo evidencia o peso da indústria extrativa mineral na economia paraense, especialmente em grandes polos como Parauapebas e Canaã dos Carajás. Diante disso, Redenção precisa reavaliar sua estratégia de desenvolvimento para aumentar a participação da indústria, seja por meio da atração de novos investimentos ou estímulo a setores de base local (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Redenção x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Redenção apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2023, saltando de 11,3 para 21, ultrapassando a média estadual, que também cresceu, mas de forma mais moderada (de 16,7 para 21,1). Esse aumento pode estar relacionado a políticas locais de valorização da ciência e tecnologia, ampliação de cen-



tros de pesquisa, aumento da formação técnica ou superior na área, ou ainda melhorias na retenção desses profissionais (Gráfico 18).

Na Região de Integração Araguaia, o avanço também foi consistente, passando de 8,8 para 16, embora se mantenha abaixo dos níveis de Redenção e do estado. Esse padrão mostra uma tendência regional

de fortalecimento da base científica, embora em Redenção o salto tenha sido especialmente expressivo entre 2022 e 2023, o que pode refletir iniciativas pontuais ou investimentos mais concentrados no município (Gráfico 18).

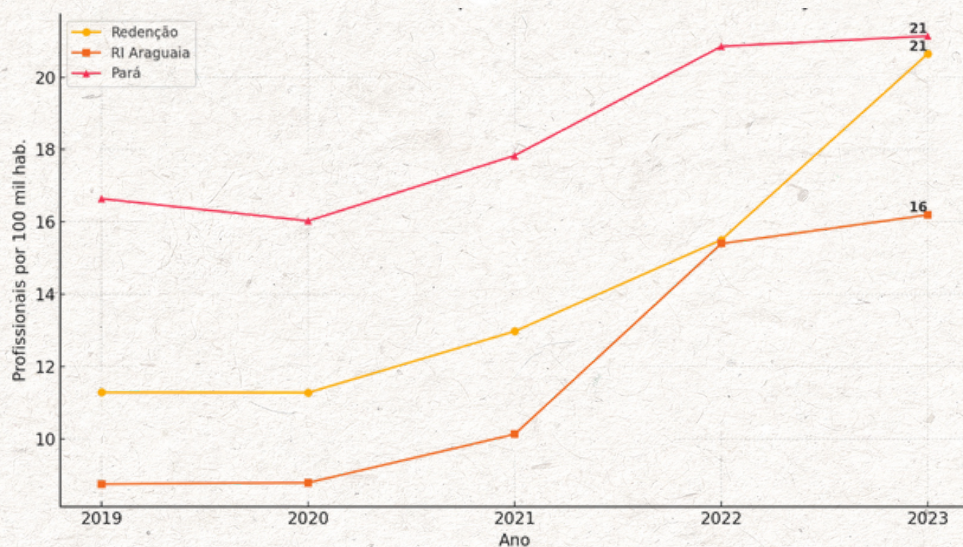
Esse comportamento é promissor, pois aponta para a valorização de um segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a inovação local. O alinhamento de Redenção ao patamar estadual indica convergência com diretrizes mais amplas, mas a consolidação desse avanço dependerá da continuidade dos investimentos e da criação de oportunidades para atuação desses profissionais em setores produtivos, educa-



cionais e institucionais (Gráfico 18).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

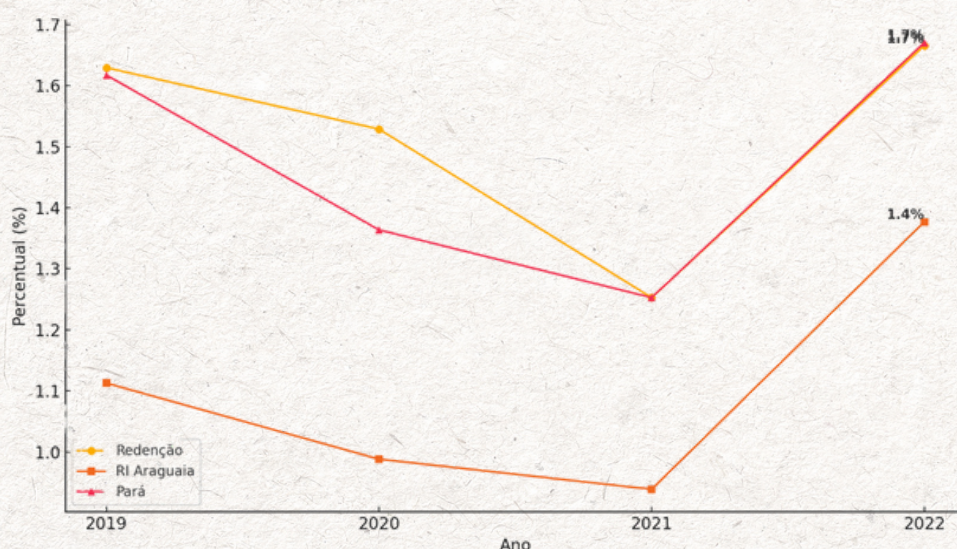
Em Redenção, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB apresentou uma trajetória de queda entre 2019 e 2021, saindo de 1,63% para 1,25%. Esse movimento pode estar associado a dois fatores principais: o crescimento do PIB em ritmo mais acelerado do que o da massa salarial ou uma estagnação nos rendimentos formais durante o período, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19 (Gráfico 19).

Contudo, em 2022, houve

uma recuperação importante, com a participação da massa salarial voltando a 1,7% – valor superior ao de 2019. Esse crescimento pode refletir a retomada econômica, aumento do número de vínculos formais e/ou valorização real dos salários, o que é corroborado pelo comportamento semelhante do indicador em nível estadual e regional. O estado do Pará e a RI Araguaia também apresentaram elevações em 2022, atingindo 1,7% e 1,4%, respectivamente (Gráfico 19).

A recuperação em Redenção e no Pará reforça a importância das políticas de geração de emprego formal e valorização salarial como motores de redistribuição de renda e dinamização econômica. Manter esse desempenho nos próximos anos dependerá de estratégias que estimulem setores com maior capacidade de geração de empregos formais e com salários compatíveis com a produtividade local, além de fortalecer os direitos trabalhistas (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

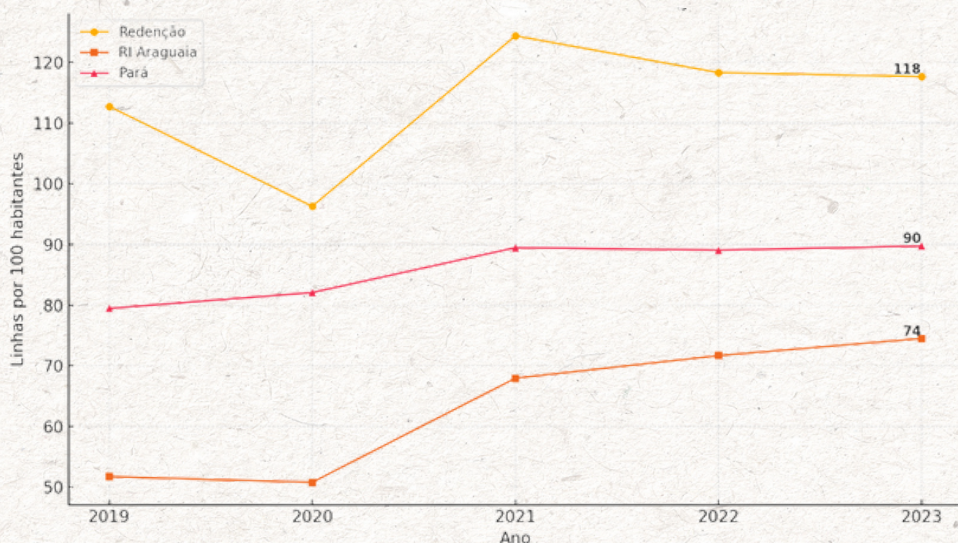
Redenção manteve um alto nível de acesso à telefonia móvel ao longo do período analisado, iniciando em 113 linhas por 100 habitantes em 2019, sofrendo queda em 2020 (96), mas recuperando-se rapidamente, atingindo 118 em 2023. Essa oscilação pode estar ligada a mudanças de operadoras, substituição por serviços de internet móvel ou até efeitos econômicos temporários que afetaram a contratação de linhas. Ainda assim, o patamar atual continua significativamente superior ao das médias regional e estadual (Gráfico 20).

Na RI Araguaia, houve crescimento contínuo e relevante, passando de 52 para 74 linhas por 100 habitantes entre 2019 e 2023. O estado do Pará também mostrou evolução, de 80 para 90, porém de maneira mais gradual. Esses dados indicam ampliação da cobertura de redes móveis e maior inclusão digital, ainda que em níveis inferiores aos observados em Redenção (Gráfico 20).



A liderança de Redenção nesse indicador sugere maior penetração tecnológica e acesso à comunicação, o que pode refletir melhor infraestrutura urbana e maior capacidade aquisitiva da população. No entanto, é importante que o avanço quantitativo seja acompanhado por melhorias na qualidade do serviço e equidade no acesso entre áreas urbanas e rurais (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 118 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

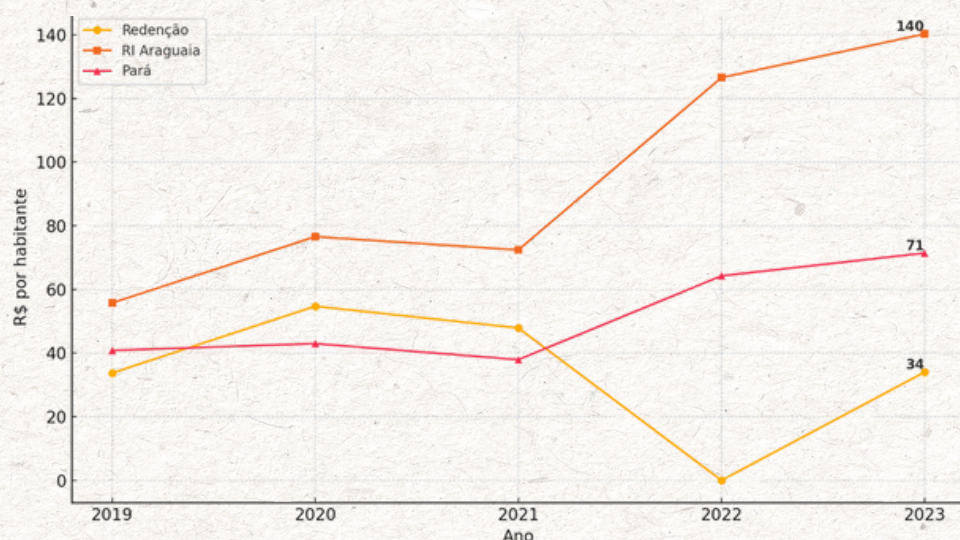
Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

As despesas públicas per capita de Redenção com cultura e gestão ambiental apresentaram um comportamento instável. Após alcançar R\$ 55,60 em 2020, o valor caiu para menos da metade em 2021 e zerou em 2022, retornando a R\$ 34 em 2023. Essa volatilidade pode ser reflexo de prioridades orçamentárias pontuais, cortes em tempos de crise fiscal ou falhas de execução orçamentária em determinados exercícios (Gráfico 21).

Na RI Araguaia, o crescimento foi constante e expressivo, passando de R\$ 56 em 2019 para R\$ 140 em 2023. Já o estado do Pará teve uma evolução mais moderada, mas sólida, atingindo R\$ 71 por habitante em 2023. Esses dados indicam maior regularidade e compromisso com políticas culturais e ambientais em níveis mais amplos, contrastando com a instabilidade de Redenção (Gráfico 21).

A ausência de gastos em 2022 e a queda expressiva em relação ao pico de 2020 indicam descontinuidade nas políticas públicas locais. A retomada em 2023 é positiva, mas ainda insuficiente frente aos padrões regionais. É essencial que Redenção estabeleça planejamento consistente e investimentos estáveis nessas áreas para promover desenvolvimento cultural e sustentabilidade ambiental (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

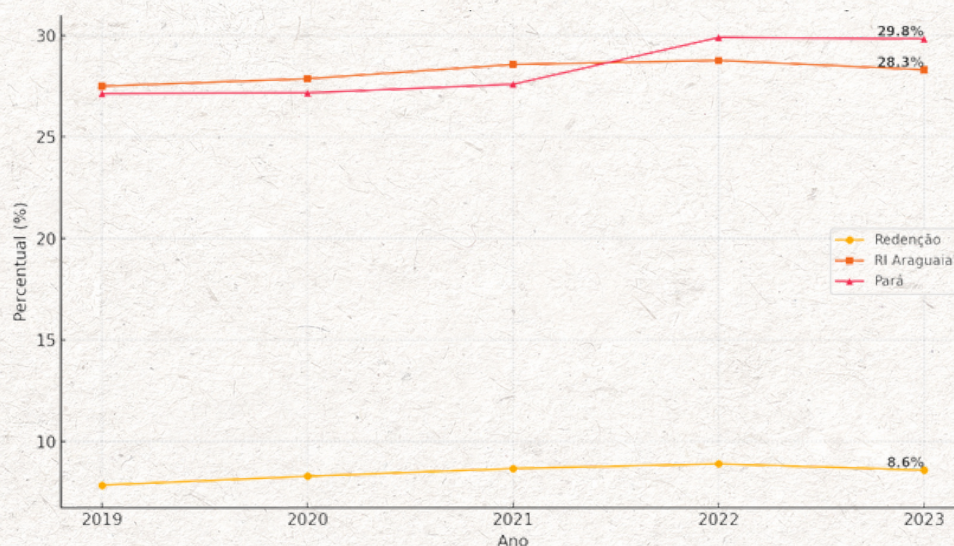
O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Redenção manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, variando entre 7,6% em 2019 e 8,6% em 2023. Apesar de baixo em comparação às médias regionais, o indicador mostra uma estagnação que pode estar ligada à ausência de alternativas adequadas de coleta em determinadas áreas ou à desinformação quanto ao

descarte correto de resíduos (Gráfico 22).

Na RI Araguaia, os percentuais mantiveram-se elevados, acima de 27%, enquanto o estado do Pará encerrou 2023 com 29,8%. Esses valores elevados apontam para um problema estrutural de gestão de resíduos sólidos em áreas de maior vulnerabilidade, onde os serviços públicos não conseguem garantir cobertura plena ou eficaz (Gráfico 22).

A posição relativamente melhor de Redenção deve ser valorizada, mas não oculta o fato de que quase 1 em cada 12 moradores de baixa renda ainda adota práticas ambientalmente inadequadas para descarte de lixo. Para avançar, são necessárias campanhas educativas e ampliação dos serviços de coleta e destinação final, especialmente nas periferias e zonas rurais (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

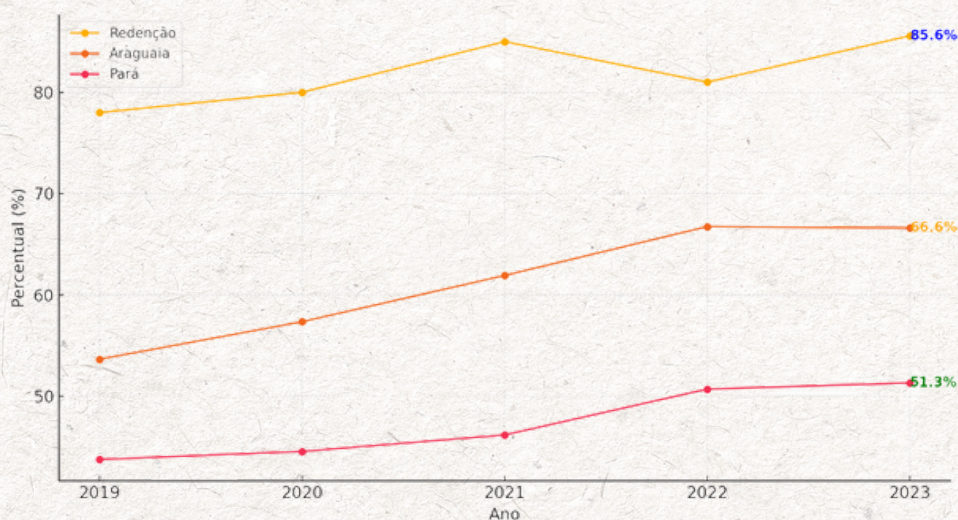
O percentual de população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar em Redenção manteve-se persistentemente alto, oscilando entre 78% e 85,6% entre 2019 e 2023. Mesmo com leve melhora em 2022, o valor voltou a subir em 2023, indicando uma estrutura de saneamento extremamente precária para grande parte da população mais vulnerável. Essa situação representa um grave problema de saúde pública e de desigualdade no acesso a infraestrutura básica (Gráfico 23).

A RI Araguaia também apresentou crescimento no indicador, saindo de 53,6% em 2019 para 66,6% em 2023. Já o estado do Pará mostrou evolução mais moderada, mas também ascendente, encerrando o período com 51,3% da população de baixa renda ainda utilizando fossas rudimentares. Isso revela uma deficiência generalizada no sistema de esgotamento sanitário, particularmente nas regiões mais pobres (Gráfico 23).

Em Redenção, os níveis persistentemente altos indicam

cam a necessidade urgente de ampliação da rede de esgotamento e investimentos estruturantes em saneamento. A priorização de políticas públicas que visem universalizar o acesso a sistemas adequados é fundamental para reduzir doenças, melhorar a qualidade de vida e promover justiça social no município (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Redenção, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento até 2021, passando de R\$ 167 para R\$ 189, seguidos de uma queda abrupta para zero em 2022. Essa ausência total de investimento em um ano pode indicar falha na execução orçamentária, redirecionamento de recursos ou despriorização da agenda preventiva. No entanto, em 2023 houve recuperação significativa, com o indicador subindo para R\$ 379, revelando possível correção de rota ou resposta a even-

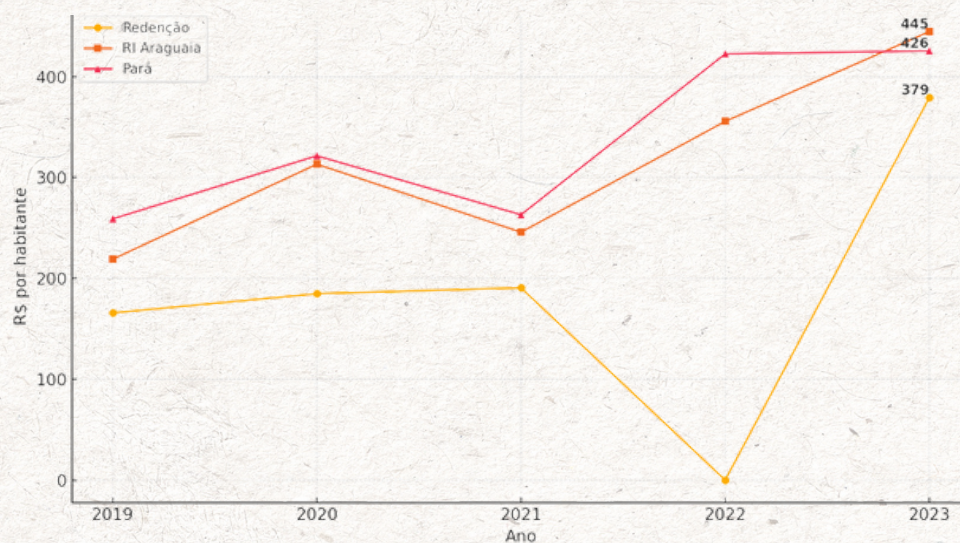
tos climáticos recentes (Gráfico 24).

Na RI Araguaia, o comportamento foi mais constante, com aumento de R\$ 221 em 2019 para R\$ 445 em 2023, enquanto o estado do Pará apresentou trajetória semelhante, subindo de R\$ 262 para R\$ 426. Ambos os níveis superiores mostram compromisso crescente com ações de prevenção, o que pode estar relacionado ao aumento da frequência de eventos climáticos extremos na região amazônica (Gráfico 24).



O retorno do investimento em Redenção em 2023 é um sinal positivo, mas a descontinuidade observada evidencia vulnerabilidades na gestão de riscos. A prevenção de desastres exige constância e planejamento multissetorial, e não ações pontuais, especialmente em áreas sujeitas a enchentes, queimadas e deslizamentos. O comparativo com os demais níveis revela que Redenção ainda investe abaixo da média estadual e regional (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 379/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

A despesa per capita de Redenção com preservação aquática foi extremamente volátil. Após começar em praticamente zero em 2019, disparou para R\$ 475 em 2020, o maior valor entre todos os territórios e anos, para depois despencar a valores inferiores a R\$ 10 nos anos seguintes. Em 2023, manteve-se em patamar residual de apenas R\$ 7 por habitante, indicando forte retração das ações nessa área (Gráfico 25).

Em contraste, o estado do Pará e a RI Araguaia apresentaram evolução mais estável, embora com valores inferiores

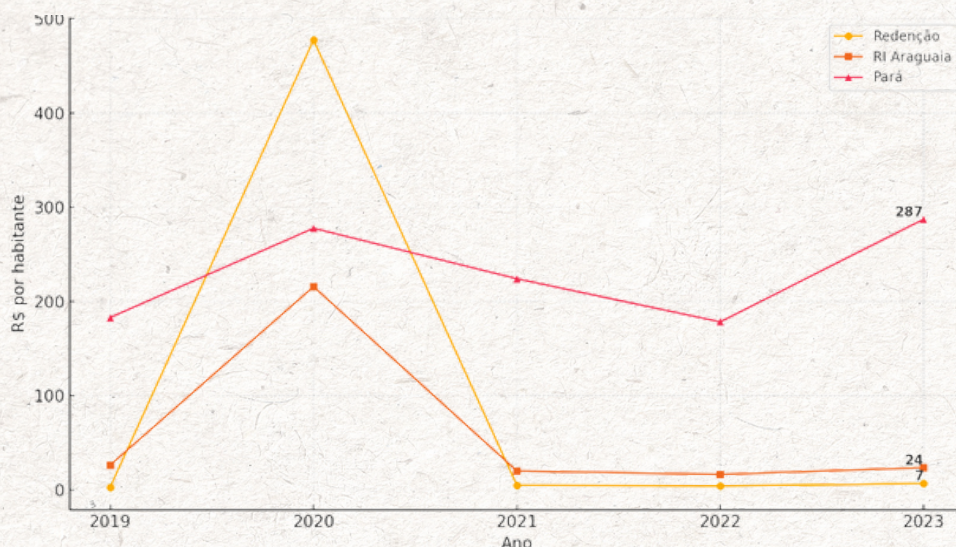
ao pico de Redenção. A RI saiu de R\$ 28 em 2019 para R\$ 24 em 2023, enquanto o Pará cresceu de R\$ 183 para R\$ 287 no mesmo período, demonstrando consistência nas políticas de preservação hídrica, ainda que com oscilações intermediárias (Gráfico 25).

A oscilação extrema dos valores em Redenção revela ausência de planejamento con-

tínuo na área ambiental, o que compromete a efetividade de ações voltadas à preservação de rios, nascentes e corpos hídricos urbanos. A preservação aquática é essencial para a sustentabilidade hídrica, segurança alimentar e combate a desastres climáticos, exigindo mais regularidade e comprometimento orçamentário no município (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Redenção manteve constante o percentual de sua área coberta por floresta, com variação discreta em torno de 12% ao longo de todo o período. Essa estabilidade, embora possa parecer positiva à primeira vista, também reflete uma limitação: a cobertura florestal já é bastante reduzida, indicando que o território urbano ou agropecuário ocupa a maior parte da área total (Gráfico 26).

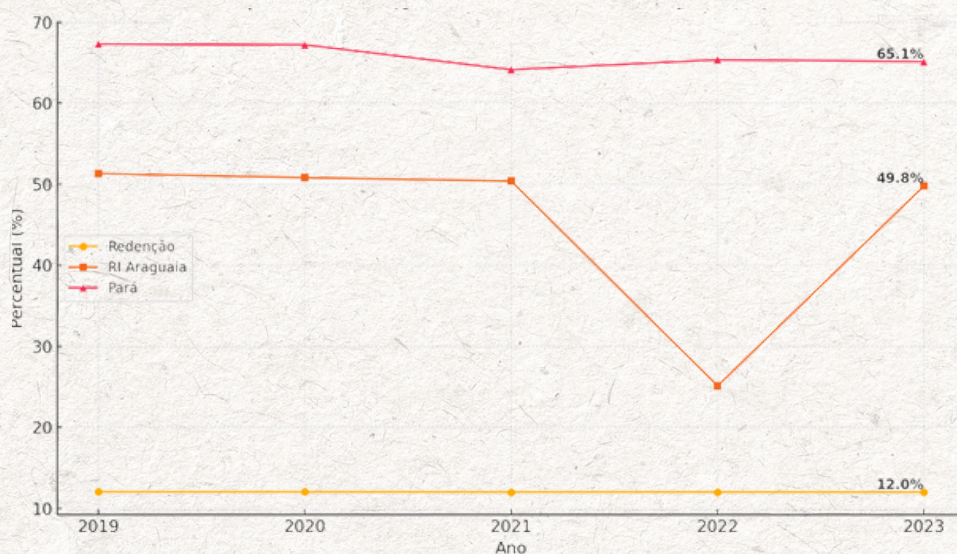
Na RI Araguaia, houve maior variação, saindo de 51% em 2019 para uma queda expressiva em 2022 (24%), com posterior recuperação em 2023 para 49,8%. Já o estado

do Pará manteve-se com os maiores percentuais ao longo dos anos, oscilando entre 64% e 68%, reafirmando o protagonismo do território esta-



dual na preservação florestal amazônica (Gráfico 26). percentual de floresta em Redenção revela um cenário de baixa cobertura vegetal, o que aumenta os riscos de erosão, elevação de temperaturas e desequilíbrio ecológico. Políticas de reflorestamento, criação de unidades de conservação e recuperação de áreas degradadas são medidas urgentes para reverter esse quadro e alinhar o município às metas de sustentabilidade ambiental (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Redenção manteve um dos percentuais de área desmatada mais altos ao longo de todo o período, com valores estáveis em torno de 69,5%. Essa constância em patamar elevado indica um cenário de forte impacto ambiental acumulado, possivelmente relacionado à expansão agropecuária ou ocupação urbana sem compensação ecológica ou programas de recuperação (Gráfico 27).

Na RI Araguaia, os dados indicam estabilidade até 2021 (39,6%), mas um salto expressivo em 2022 para 63%,

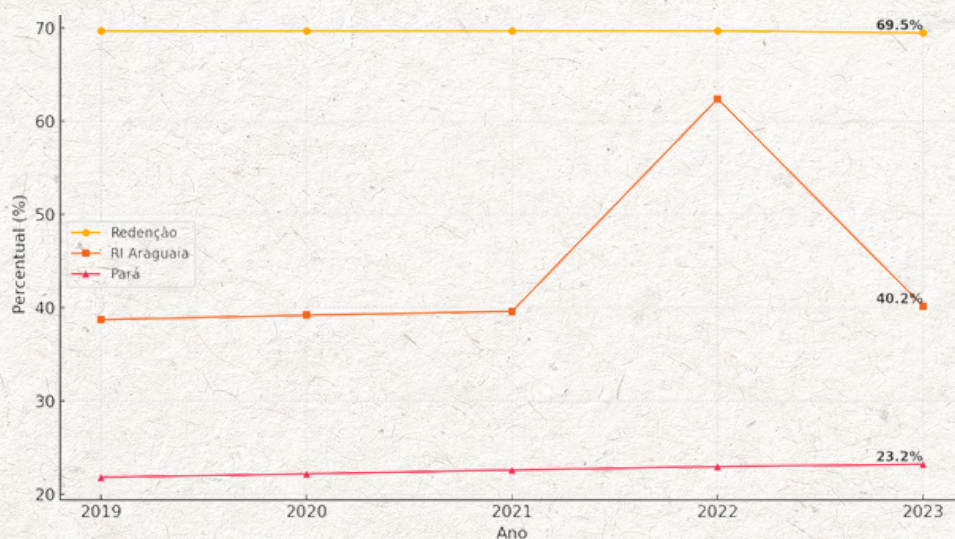
com recuo posterior para 40,2% em 2023. No estado do Pará, os níveis são mais baixos e estáveis, partindo de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023. Esses dados indicam que o desmatamento é mais crítico em algumas regiões específicas, como Redenção, do que na média estadual (Gráfico 27).

O alto e persistente índice de desmatamento em Redenção exige respostas institucionais urgentes, com foco em fiscalização, incentivo à recuperação ambiental e integração entre desenvolvimento econô-

mico e preservação. A reversão desse quadro é essencial para a mitigação das mudanças climáticas e a proteção da biodiversidade local (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

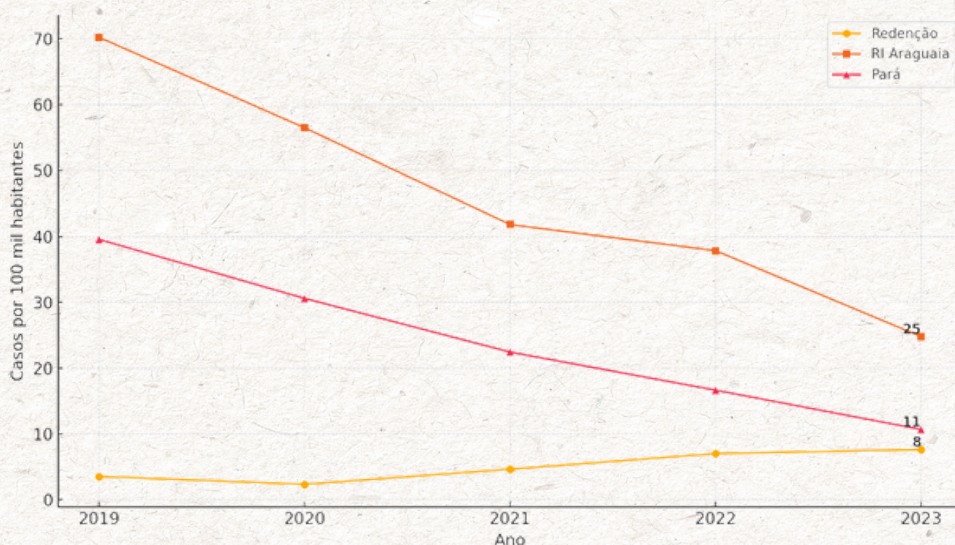
No município de Redenção, observa-se uma trajetória relativamente estável, porém com leve crescimento no índice de trabalho infantil entre 2019 e 2023. O indicador parte de cerca de 4 casos por 100 mil habitantes em 2019, mantém-se estável em 2020, e sobe gradualmente até atingir 8 casos em 2023. Esse crescimento, embora ainda mantenha o município com valores baixos em comparação às demais esferas territoriais, indica uma tendência de agravamento local que contrasta com as reduções nas demais escalas (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento é marcado por uma queda significativa. Em 2019, o índice era extremamente elevado, com cerca de 70 casos por 100 mil habitantes. Esse valor cai de forma contínua nos anos seguintes, chegando a 25 casos em 2023. A tendência de queda é consistente e acentuada, refletindo avanços regionais em políticas públicas ou ações integradas de combate ao trabalho infantil no período analisado (Gráfico 28).



No estado do Pará como um todo, também se nota uma redução expressiva, embora partindo de um patamar inferior ao da RI Araguaia. Em 2019, o estado registrava cerca de 40 casos por 100 mil habitantes, reduzindo-se gradualmente até alcançar 11 casos em 2023. Isso indica uma trajetória coerente com as diretrizes nacionais de enfrentamento ao trabalho infantil, com evidências de que o esforço estadual tem surtido efeito, especialmente entre 2019 e 2023 (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Redenção, a taxa de homicídios apresentou forte oscilação no período. Em 2019, o índice já era elevado (60 homicídios por 100 mil), subindo ainda mais em 2020 (63), caindo bruscamente para 50 em 2021 e 49 em 2022, e voltando a crescer significativamente em 2023, alcançando 61 homicídios por 100 mil. Essa instabilidade sugere fragilidades na segurança pública municipal e possíveis picos de violência associadas a fatores contextuais, como conflitos locais ou fragilidade institucional (Gráfico 29).

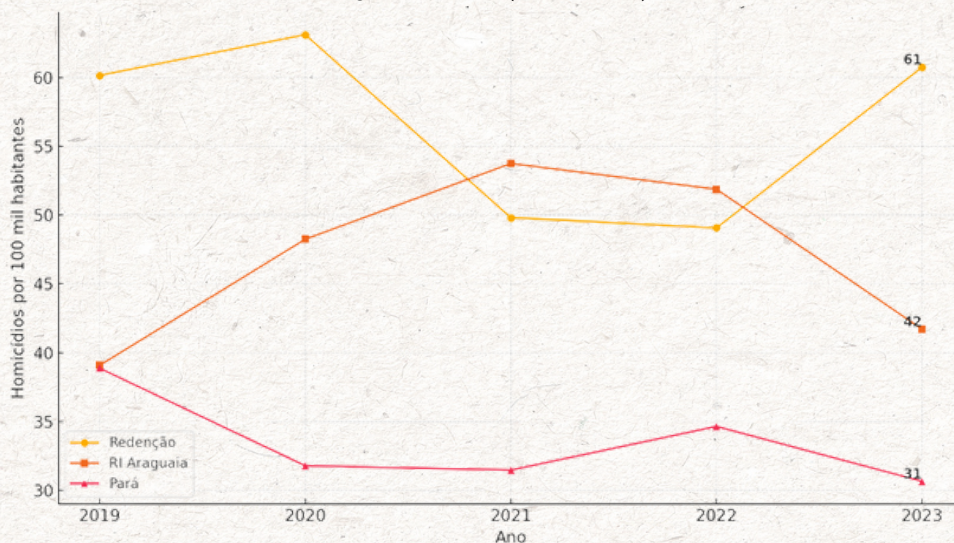
Na Região de Integração do Araguaia, a trajetória da taxa de homicídios também apresenta variações, mas com uma tendência de queda ao final do período. O índice parte de 39 homicídios por 100 mil em 2019, cresce até 54 em 2021, e depois diminui para 42 em 2023. Embora menos volátil que Redenção, a região ainda apresenta taxas elevadas e instabilidade que sugerem desafios estruturais de segurança pública e presença do crime organizado em áreas específicas da RI (Gráfico 29).

No estado do Pará, a tendên-

cia é de redução e estabilidade. Partindo de 39 homicídios por 100 mil em 2019, o indicador cai para 32 em 2020 e mantém-se relativamente estável até 2022, com leve queda para 31 em 2023. Essa estabilidade indica um controle mais efetivo da violência em escala estadual, com políticas públicas possivelmente mais consolidadas, embora ainda permaneçam desafios, dado que os índices seguem elevados para padrões internacionais de segurança (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

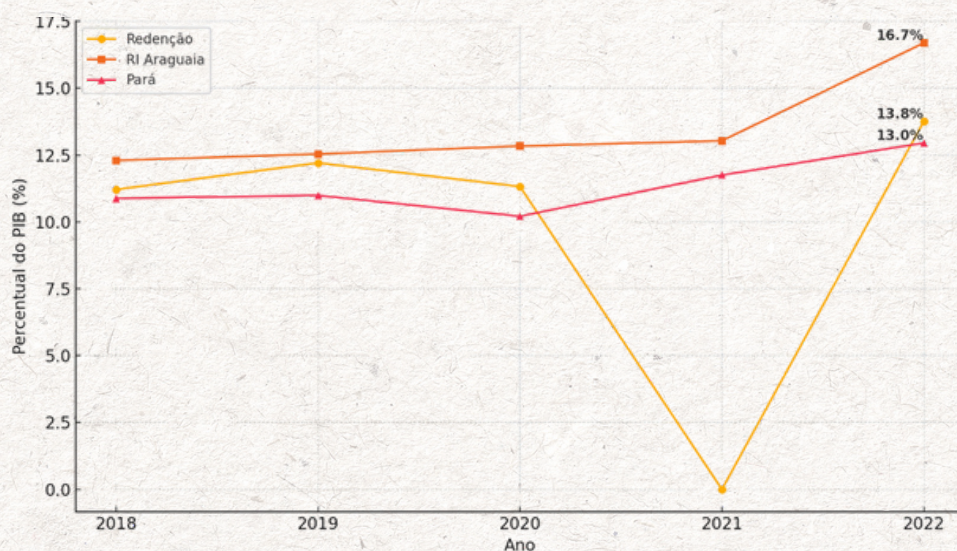
Entre 2018 e 2022, o gasto público municipal de Redenção como percentual do PIB apresentou uma trajetória instável e abrupta. Iniciando em 11,3% do PIB em 2018, o índice aumentou para 12,2% em 2019, mas caiu ligeiramente para 11,4% em 2020. O comportamento mais marcante ocorre em 2021, quando o indicador despenca para 0%, o que pode estar relacionado a falhas no registro dos dados, inconsistência na base de cálculo do PIB local ou a efeitos excepcionais no orçamento público municipal. Em 2022, contudo, o gasto público dá um salto expressivo para 13,8%, sugerindo uma retomada — possivelmente impulsionada por reestruturações fiscais pós-pandemia ou aumento de transferências intergovernamentais (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento do indicador foi de crescimento contínuo e estável. O percentual do PIB regional alocado em gastos públicos municipais partiu de 12,2% em 2018 e cresceu progressivamente até alcançar 16,7% em 2022. Esse crescimento constante indica um esforço sustentado dos municípios da região em expandir sua capacidade de gasto, o que pode estar atrelado ao aumento da arrecadação própria, ampliação de políticas públicas e maior participação em programas estaduais e federais de repasse de recursos. Além disso, a estabilidade sugere uma gestão fiscal regional mais previsível e planejada (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o indicador iniciou em 11% em 2018, mantendo-se praticamente estável até 2020, quando caiu para 10,2%. A partir de então, observou-se uma recuperação paulatina, com aumento para 11,8% em 2021 e 13% em 2022. Essa trajetória revela uma recuperação gradual da capacidade de investimento público dos municípios paraenses, possivelmente impulsionada pela retomada econômica pós-pandêmica e reorganização fiscal nos entes subnacionais. Ainda que o estado não apresente o mesmo crescimento vigoroso da RI Araguaia, a tendência positiva indica um fortalecimento da presença do setor público na economia local (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Redenção x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Redenção apresentou uma evolução expressiva e contínua na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 9,5 para 21 pontos por 100 habitantes. Esse crescimento representa mais que o dobro do acesso inicial, refletindo uma significativa expansão da infraestrutura digital local. O avanço pode estar associado a investimentos em conectividade, ampliação de cobertura por parte das operadoras e maior demanda por acesso domiciliar à internet, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o ensino remoto e o trabalho digital (Gráfico 31).

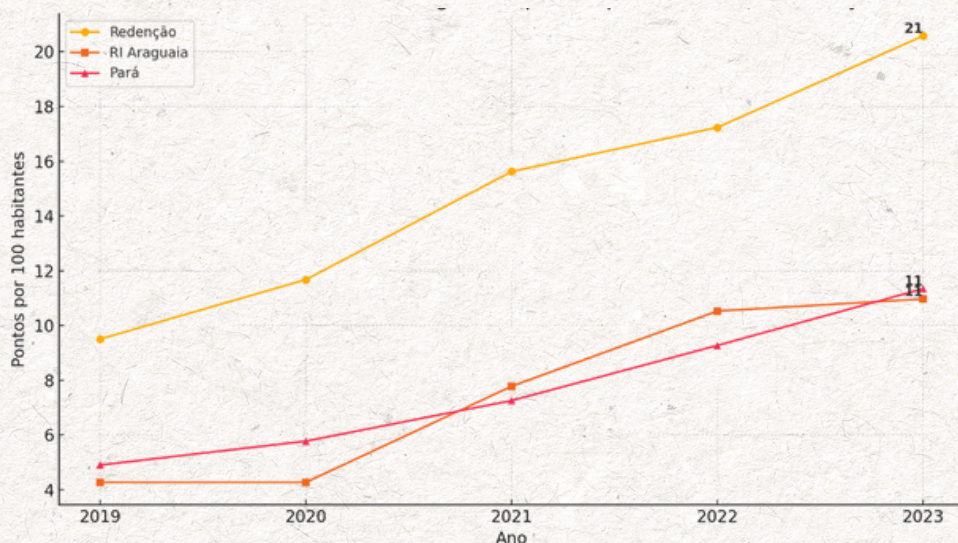
Na Região de Integração do

Araguaia, o comportamento também é de crescimento contínuo, embora em um ritmo mais moderado. A taxa partiu de 4,3 pontos por 100 habitantes em 2019, manteve-se estável até 2020 e, a partir de 2021, iniciou uma trajetória ascendente até atingir 11 pontos em 2023. Esse salto pode refletir políticas regionais de fomento à inclusão digital e expansão de serviços, com impactos positivos especialmente nas zonas urbanas dos municípios da RI. Apesar disso, o acesso ainda permanece inferior ao observado em Redenção, sugerindo desigualdades internas na própria região (Gráfico 31).

No estado do Pará como um

todo, também se nota uma trajetória positiva, com a taxa subindo de 5,1 para 11,2 pontos por 100 habitantes no período analisado. O crescimento estadual foi mais gradual e constante, refletindo uma ampliação geral da infraestrutura de telecomunicações. No entanto, o Pará ainda apresenta taxas inferiores a Redenção, o que indica que o município teve desempenho acima da média estadual. De modo geral, o cenário revela um avanço importante na conectividade, com potencial de ampliar o acesso a direitos digitais, serviços públicos e oportunidades educacionais e econômicas no território paraense (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Redenção x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

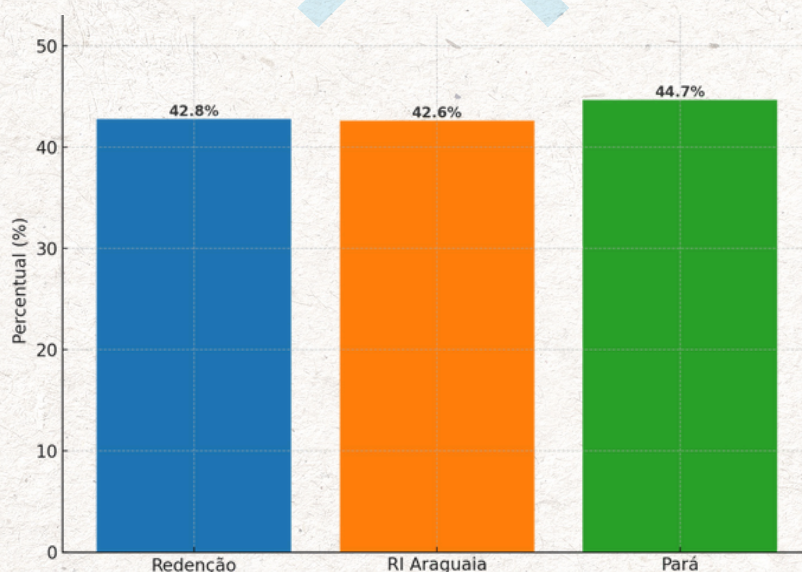
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Redenção** registrou um IDS de **42,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Redenção x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



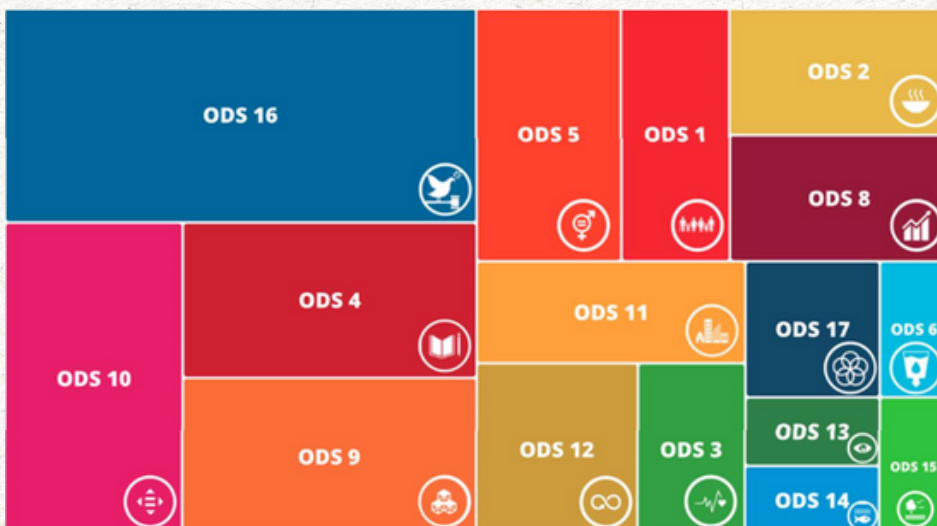
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

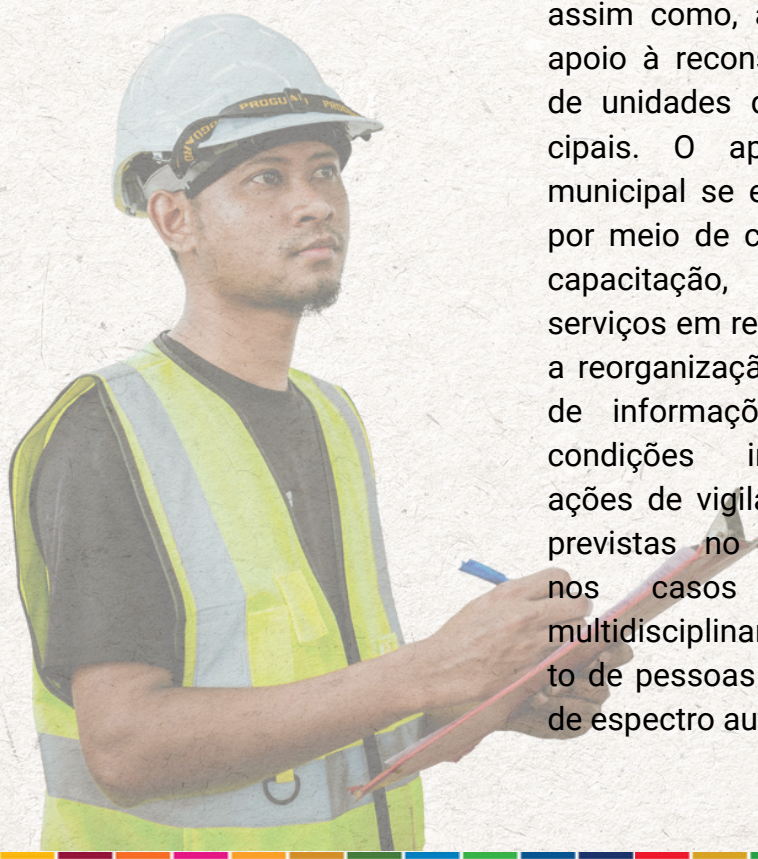


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

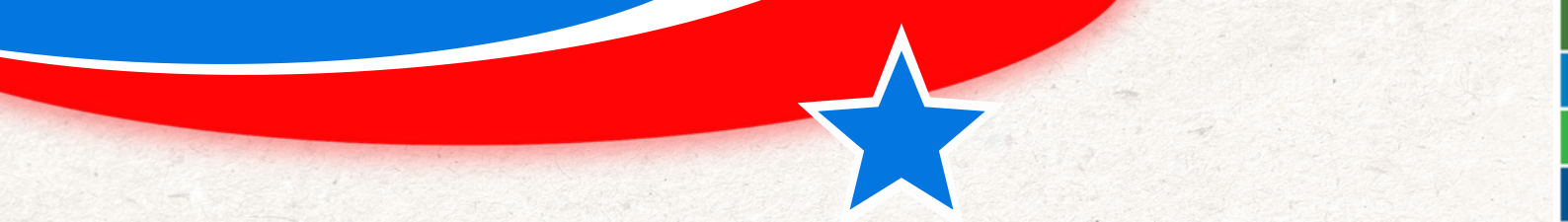
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

